



APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

Inciso I, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 1.1 A presente contratação decorre da necessidade institucional do Conselho Regional de Química – IV Região (CRQ-IV/SP) de assegurar a continuidade, eficiência e economicidade dos deslocamentos de seus dirigentes, conselheiros e colaboradores no exercício de suas atribuições legais e administrativas.
- 1.2 Atualmente, o CRQ-IV/SP dispõe de frota de veículos locados para atendimento das demandas de transporte institucional. Contudo, verificam-se situações recorrentes em que essa estrutura se mostra insuficiente para atender plenamente às necessidades operacionais, especialmente em deslocamentos de curta distância, participação em feiras técnicas, treinamentos, reuniões administrativas e institucionais, bem como em períodos de indisponibilidade dos veículos oficiais em razão de manutenções preventivas ou corretivas.
- 1.3 Adicionalmente, destaca-se a necessidade de deslocamentos frequentes para fora do Estado de São Paulo, incluindo compromissos institucionais em Brasília/DF, notadamente junto ao Conselho Federal de Química (CFQ), além de outras localidades em âmbito nacional. Tal contexto evidencia a necessidade de uma solução de transporte com abrangência nacional, flexível e disponível de forma contínua.
- 1.4 Nesse cenário, a ausência de alternativa complementar de transporte compromete diretamente a execução das atividades finalísticas e administrativas do Conselho, podendo ocasionar atrasos, prejuízos operacionais e redução da eficiência institucional.
- 1.5 A solução pretendida consiste no credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de transporte de passageiros sob demanda, por meio de plataforma digital acessível via aplicativo e ambiente web, com cobertura nacional e disponibilidade ininterrupta, de modo a suprir as lacunas identificadas.
- 1.6 Ressalta-se, ainda, que a presente contratação está alinhada ao planejamento estratégico institucional do CRQ-IV/SP, especialmente no que se refere à melhoria da eficiência administrativa, à otimização dos recursos públicos e ao fortalecimento das atividades finalísticas de fiscalização e regulação do exercício profissional da química.

2 – Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade

Inciso II, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

2.1 Natureza da contratação

- 2.1.1 A solução a ser contratada deverá contemplar a prestação de serviço de transporte de passageiros sob demanda, acessível por meio de aplicativo para dispositivos móveis e também por ambiente web, permitindo ao usuário a solicitação de viagens de forma ágil, intuitiva e segura. O serviço deverá possuir abrangência nacional, de modo a viabilizar deslocamentos em diferentes unidades da federação, atendendo às necessidades institucionais do CRQ-IV/SP,



inclusive fora do Estado de São Paulo.

- 2.1.2 A disponibilidade do serviço deverá ser contínua, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados, assegurando o atendimento a demandas emergenciais ou programadas. A solução deverá permitir tanto a solicitação imediata quanto o agendamento prévio de corridas, com a disponibilização de informações claras ao usuário, tais como identificação do motorista, características do veículo, tempo estimado de chegada e estimativa prévia de custo antes da confirmação da solicitação.
- 2.1.3 No que se refere à gestão e controle, a solução deverá disponibilizar ferramenta administrativa que possibilite o gerenciamento centralizado das solicitações, com acesso a relatórios gerenciais detalhados contendo informações sobre usuários, trajetos, valores, datas e horários das corridas realizadas. Deverá, ainda, permitir a definição de perfis de usuários, níveis de autorização e limites de utilização, bem como possibilitar a exportação de dados em formatos compatíveis com os sistemas internos de controle adotados pelo CRQ-IV/SP.
- 2.1.4 Quanto aos aspectos de segurança e confiabilidade, os prestadores de serviço deverão garantir que os motoristas estejam devidamente habilitados, cadastrados e com documentação regular, bem como que os veículos atendam às condições de segurança, conservação e regularidade exigidas pela legislação de trânsito vigente. A solução deverá oferecer funcionalidades que aumentem a segurança dos usuários, como o acompanhamento da corrida em tempo real e o compartilhamento de rotas, além de observar integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 2.1.5 Em relação à qualidade do serviço, espera-se que o tempo de espera para atendimento seja compatível com os padrões de mercado para serviços de transporte sob demanda, assegurando a disponibilidade em áreas urbanas e, sempre que possível, em regiões metropolitanas e cidades de médio porte. A solução deverá contar com canais de suporte ao usuário e à Administração, bem como mecanismos de avaliação da qualidade do serviço prestado, possibilitando o monitoramento contínuo da performance dos credenciados.
- 2.1.6 No que tange à sustentabilidade, a contratação deverá incentivar práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais, tais como a priorização de veículos com menor emissão de poluentes, o uso de tecnologias mais eficientes em termos energéticos e a adoção de boas práticas pelos prestadores de serviço. Sempre que possível, deverá ser estimulada a utilização de veículos elétricos, híbridos ou movidos a combustíveis menos poluentes, bem como a otimização de rotas, visando à redução do consumo de combustível e das emissões de gases de efeito estufa.
- 2.1.6 Por fim, quanto aos aspectos contratuais e operacionais, a solução deverá ser estruturada sob a sistemática de credenciamento de múltiplos prestadores, sem exclusividade, permitindo maior competitividade e flexibilidade na prestação dos serviços. O pagamento deverá ocorrer exclusivamente em função da efetiva utilização do serviço, caracterizando modelo sob demanda, com possibilidade de ampliação ou redução do uso conforme as necessidades administrativas, observando-se integralmente as normas legais e regulamentares aplicáveis às contratações públicas.
- 2.1.7 Os serviços objeto da contratação classificam-se como de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.



2.1.8 Trata-se de serviço de natureza continuada, cuja interrupção comprometeria o cumprimento de obrigações legais e trabalhistas assumidas pelo CRQ-IV/SP.

2.2 Duração Inicial do Contrato

2.2.1 O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que comprovada a vantajosidade da manutenção da contratação, haja manifestação formal de interesse da autoridade competente e sejam atendidos os requisitos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante formalização pôr termo aditivo.

2.3. Sustentabilidade

2.3.1 A CONTRATADA deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), adotando práticas de racionalização no uso de materiais e insumos, redução do consumo de energia e de recursos naturais, minimização de impactos ambientais, bem como a destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados na execução dos serviços, incluindo ações de reutilização e reciclagem, quando aplicável.

2.4 Transição Contratual

2.4.1 Não se faz necessária a previsão de transição contratual para o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, uma vez que a contratação não envolve a continuidade de serviços em execução nem a transferência de conhecimento, ativos, processos ou responsabilidades entre contratados.

2.5 Relevância dos requisitos estipulados

2.5.1 O levantamento de requisitos foi realizado a partir da análise de Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência e Editais de outros órgãos da Administração Pública, referentes a soluções similares ou equivalentes, bem como por meio da consulta a publicações do Conselho de classe, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, da análise de contratações similares e de pesquisa junto a potenciais fornecedores, com vistas à identificação de práticas consolidadas, requisitos técnicos adequados e soluções compatíveis com as necessidades da contratante.

3 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução

Inciso III, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

3.1 Levantamento de mercado

3.1.1 O levantamento de mercado evidencia a existência de diversas soluções tecnológicas voltadas à prestação de serviços de transporte de passageiros sob demanda, amplamente difundidas no território nacional, operadas por meio de plataformas digitais acessíveis via aplicativo e ambiente web.



- 3.1.2 Dentre as principais soluções disponíveis, destacam-se plataformas amplamente consolidadas no mercado, como Uber do Brasil Tecnologia Ltda., a 99 Tecnologia Ltda., a InDrive Brasil Tecnologia Ltda. e a Cabify Brasil Tecnologia Ltda, que possuem atuação em centenas de municípios brasileiros e elevada capilaridade. Estima-se que essas plataformas concentrem milhões de usuários ativos e realizem um volume expressivo de corridas diariamente, refletindo um mercado maduro, competitivo e em constante evolução tecnológica. Essa ampla adoção contribui para maior disponibilidade de motoristas, redução de tempos de espera e maior previsibilidade na prestação do serviço.
- 3.1.3 Além dessas, observa-se a existência de soluções corporativas específicas, desenvolvidas para atendimento de organizações públicas e privadas, que agregam funcionalidades adicionais, tais como gestão centralizada de usuários, emissão de relatórios gerenciais detalhados, controle de despesas por centro de custo, definição de políticas de uso e integração com sistemas administrativos, proporcionando maior governança e transparência na utilização dos serviços.
- 3.1.4 No âmbito da Administração Pública, verifica-se que diversos órgãos e entidades já adotam soluções semelhantes para gestão de deslocamentos institucionais. Experiências observadas em órgãos da administração pública indicam a adoção de plataformas digitais de transporte sob demanda. Tais práticas têm resultado em redução de custos operacionais, maior controle dos gastos, eliminação de despesas indiretas e aumento da eficiência na mobilidade institucional. Conforme tabela abaixo.
- 3.1.5 Como alternativa à solução proposta, analisou-se a possibilidade de ampliação da frota de veículos locados atualmente utilizada pelo CRQ-IV/SP. Contudo, essa alternativa apresenta desvantagens significativas, como a elevação de custos fixos (locação, combustível e gestão), além da baixa flexibilidade operacional, especialmente para atendimento de demandas eventuais, descentralizadas e em diferentes localidades do país.
- 3.1.6 Outra alternativa considerada foi a utilização de serviços de táxi por meio de convênios locais. Entretanto, essa solução apresenta limitações relevantes, como a ausência de padronização dos serviços, menor transparência na formação de preços, dificuldade de controle e auditoria das corridas, além de restrições quanto à abrangência territorial e à disponibilidade em determinadas regiões.
- 3.1.7 No que se refere aos riscos e limitações das soluções analisadas, observa-se que as plataformas digitais podem apresentar variação de preços conforme a dinâmica de oferta e demanda (tarifação dinâmica), bem como dependência de conectividade com a internet. Por outro lado, tais riscos podem ser mitigados por meio de regras de uso, definição de limites e escolha de múltiplos prestadores credenciados. Destaca-se, ainda, que caberá ao usuário, no caso o empregado ou colaborador do CRQ-IV/SP, escolher o credenciado que melhor atenda à necessidade no momento do deslocamento, conferindo maior autonomia e eficiência na utilização da solução.



Órgão/Entidade	Objeto resumido	Modalidade / modelagem	Edital / identificação	Data	Fonte oficial
Empresa Brasil de Comunicação – EBC	Credenciamento de empresas para intermediação de transporte privado de passageiros por plataforma tecnológica, sob demanda	Credenciamento	Edital de Credenciamento nº 001/2025-EBC	2025	Portal oficial da EBC (EBC - Acesso à Informação)
PRODEPA/PA	Credenciamento para transporte de passageiros com solicitação via aplicativo para smartphone e plataforma web	Credenciamento	Edital de Credenciamento nº 001/2025	2025	Portal oficial da PRODEPA (Prodepa)
Fundação Florestal/SP	Contratação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte de passageiros via aplicativo para smartphone e plataforma web	Pregão eletrônico	Pregão Eletrônico nº 90058/2024	2024	Portal oficial / Compras.gov (SMAstr16)
Município de Novo Hamburgo/RS	Chamamento público com previsão de transporte e agenciamento de serviço de transporte remunerado privado de passageiros, individual ou em grupo	Chamamento público / credenciamento correlato	Chamamento Público nº 02/2025	2025	PNCP / registro oficial (PNCP)



3.2 Justificativa técnica

- 3.2.1 Consideradas as alternativas analisadas e sua compatibilidade com as práticas observadas no mercado, conclui-se que a solução que melhor atende às necessidades do CRQ-IV/SP, é a utilização de plataformas digitais de transporte sob demanda, por meio do credenciamento de empresas especializadas, e configura-se como a solução mais vantajosa para o CRQ-IV/SP, considerando critérios de economicidade, eficiência, flexibilidade operacional, transparência e aderência às necessidades institucionais.
- 3.2.2 Em razão disso, a contratação enquadra-se na hipótese prevista no art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 3º, inciso III, do Decreto nº 11.878/2024, aplicável aos casos em que a flutuação constante dos valores e das condições de prestação inviabiliza a realização de procedimento competitivo tradicional, caracterizando-se como mercado dinâmico ou fluido. No caso em análise, os serviços de transporte de passageiros sob demanda, intermediados por plataformas digitais, apresentam variação de preços em tempo real, multiplicidade de prestadores e impossibilidade de definição prévia de critérios objetivos de julgamento, o que afasta a viabilidade de competição nos moldes convencionais. Dessa forma, mostra-se adequada a adoção do credenciamento como procedimento auxiliar, com a consequente formalização das contratações por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 11.878/2024.

3.3 Regra para seleção dos credenciados

- 3.3.1 O prazo para este Credenciamento permanecerá aberto a partir da publicação do Edital, permanecendo vigente por prazo indeterminado, contados da data de sua publicação do extrato do Edital no Diário Oficial da União - DOU, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site do CRQ-IV/SP.
- 3.3.2 O prazo de 15 (quinze) dias úteis para habilitação está em consonância com os princípios da publicidade e transparência da Lei no 14.133/2021 e com o Decreto no 11.878/2024, assegurando tempo hábil para que as interessadas tomem ciência do edital, preparem e submetam a documentação necessária.
- 3.3.2 Este prazo é considerado razoável e suficiente para a preparação das empresas, garantindo ampla participação e competitividade, conforme exigido pelo artigo 9º do Decreto no 11.878/2024.
- 3.3.3 As empresas interessadas deverão encaminhar, exclusivamente pelos seguintes endereços eletrônicos: licitacao1@crqsp.org.br e licitacao2@crqsp.org.br, o requerimento de participação e os demais documentos exigidos, em conformidade com o disposto no Edital.
- 3.3.4 As empresas que cumprirem todos os requisitos do Edital serão habilitadas e credenciadas. O resultado será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no site do CRQ-IV/SP.
- 3.3.5 O credenciamento não implica em obrigação de contratação por parte do CRQ-IV/SP.



4 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

Inciso IV, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

4.1 Do Objeto

Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de transporte de passageiros sob demanda, operacionalizados por meio de plataformas digitais acessíveis via aplicativo para dispositivos móveis e ambiente web, com abrangência nacional e disponibilidade contínua

4.2 Local de prestação dos serviços e dos atendimentos

4.2.1 As atividades serão executadas por empresas que prestam o serviço de intermediação digital entre os motoristas e os usuários do transporte terrestre por demanda, de forma a atender os empregados e colaboradores do CRQ-IV/SP, cobrindo os horários e locais quando solicitados.

4.2.2 Os serviços serão prestados em âmbito nacional.

4.2.3. O serviço deve ser executado de forma ininterrupta, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados

4.3 Descrição dos serviços

4.3.1. Os prestadores dos serviços, objeto deste Credenciamento, são responsáveis pelo aplicativo que conecta motoristas contratantes independentes que, sob licença, usam a tecnologia de propriedade da CREDENCIADA para prestarem serviços de transporte.

4.3.2. O CRQ-IV/SP pretende contratar a funcionalidade do aplicativo para utilização de todos os seus empregados e colaboradores.

4.3.4 Os serviços de agenciamento de transporte terrestre deverão ser executados observando as especificações estabelecidas, ressaltando as funcionalidades contidas abaixo:

4.3.4.1. Cadastro dos usuários/passageiros, para uso dos serviços por meio de login e senha pessoal, vinculados aos respectivos centros de custos;

4.3.4.2. Acesso para gerenciamento, pelo CRQ-IV/SP, dos usuários cadastrados, podendo incluir e excluir usuários do sistema;

4.3.4.3. Estabelecimento de perfis individuais dos usuários;

4.3.4.4. Definição dos limites orçamentários de utilização;

4.3.4.5. Registro de avaliação dos serviços pelos usuários.

4.3.4.6. Possibilidade de solicitação de corrida através de aplicativo instalado em smartphone - no mínimo, para os sistemas operacionais Android e iOS;



- 4.3.4.7. Aplicativo para o solicitante monitorar a corrida, desde o instante da solicitação (mapa de acompanhamento do chamado), pelo qual seja possível identificar a estimativa do tempo de espera e a própria chegada do veículo, por meio do envio de uma notificação ao celular do usuário/passageiro.
- 4.3.4.7.1. O aplicativo também deverá disponibilizar: o nome do motorista; os dados do veículo (placa, marca, modelo e cor); o meio de comunicação entre o usuário e o motorista (via chat ou chamada telefônica);
- 4.3.4.8. Informação no aplicativo, do nome do motorista, identificação e especificação do veículo (placa, marca, modelo e cor);
- 4.3.4.9. O processamento do valor final da corrida deverá ocorrer somente após o término da viagem. O valor estimado será demonstrado ao usuário, previamente cadastrado e logado no sistema, que tiver solicitado a viagem;
- 4.3.4.10. Disponibilização online dos dados das corridas para consulta pelo CRQ-IV/SP, para conferência pelo Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento da prestação do serviço.
- 4.3.5. O sistema deverá disponibilizar relatório com, no mínimo, os seguintes dados sobre a corrida:
- 4.3.5.1. Local de partida;
- 4.3.5.2. Local de destino;
- 4.3.5.3. Distância percorrida;
- 4.3.5.4. Data e horário da solicitação/chamada;
- 4.3.5.5. Data e horário da chegada ao local de destino;
- 4.3.5.6. Data e horário da transação;
- 4.3.5.7. Cidade;
- 4.3.5.8. Duração da corrida;
- 4.3.5.9. Identificação do serviço (categoria utilizada);
- 4.3.5.10. Identificação do usuário que solicitou a chamada (nome e e-mail);
- 4.3.5.11. Identificação do Centro de Custo do Usuário;



- 4.3.5.12. Detalhamento da despesa;
 - 4.3.5.13. Valor total da corrida em moeda local;
 - 4.3.5.14. Valor extra em moeda local;
 - 4.3.5.15. Valor sem tributos em moeda local;
 - 4.3.5.16. Valor dos tributos em moeda local;
 - 4.3.5.17. Identificação da viagem;
 - 4.3.5.18. Identificação da fatura.
- 4.3.6. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização dos dados das corridas por meio de, no mínimo, os seguintes acessos:
- 4.3.6.1. Corridas e gastos por usuário/passageiro;
 - 4.3.6.2. Corridas e gastos por centro de custos;
 - 4.3.6.3. Corridas e gastos por período de tempo.
- 4.3.7. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização do histórico de todas as corridas realizadas, em até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento de cada corrida.
- 4.3.8. O módulo do sistema com relatórios de gerenciamento deverá permitir, ao Gestor Operacional, acesso as informações de todos os usuários autorizados pelo CRQ-IV/SP cadastrados no sistema, desde o início da vigência do contrato.
- 4.3.9. A solicitação da corrida será realizada pelo usuário, por meio de funcionalidade aplicativo mobile, devendo ser observadas as seguintes condições:
- 4.3.9.1. Disponibilidade ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados;
 - 4.3.9.2. Possibilidade de programar antecipadamente a data e horário de solicitação da viagem;
 - 4.3.9.3. Possibilidade de cancelamento da solicitação da corrida pelo usuário, a qualquer momento, ressalvada a possibilidade de cobrança da taxa de cancelamento pela CREDENCIADA, se o cancelamento ocorrer após o decurso de tempo definido pela CREDENCIADA;



- 4.3.9.4. A viagem iniciará no momento do embarque do usuário no veículo, encerrando-se a apuração do valor da corrida quando da chegada no endereço de destino, devendo os horários de início e de encerramento da corrida serem registrados no recibo e na plataforma disponibilizados pela CREDENCIADA;
- 4.3.9.5. Não será admitida a cobrança de taxa-extra pelo transporte de bagagem, de taxa de retorno de corridas, de agendamento prévio ou utilização de cobrança extra pelo transporte de mais de 3 (três) passageiros;
- 4.3.9.6. O valor de eventual pagamento de pedágio deverá ser realizado pelo motorista e acrescido no valor da corrida;
- 4.3.9.7. Após a confirmação da finalização da corrida, deve ser disponibilizado ao usuário, por mensagem ou via aplicativo, o histórico da corrida e o recibo, contendo as seguintes informações: endereços de origem e destino; data e hora do início e finalização da corrida; valor da corrida; nome do motorista; avaliação do serviço;
- 4.3.10. Cancelamento de solicitação pelo usuário:
- 4.3.10.1. O usuário poderá cancelar a solicitação a qualquer momento, desde que o mesmo não tenha sido iniciado, caracterizado pela ausência de embarque no veículo, com registro na base de dados da solução tecnológica do motivo do cancelamento.
- 4.3.10.2. A incidência de tarifa e cancelamento de solicitações (cancelamento com ônus) deverá obedecer às regras de cobrança estabelecidas pela CREDENCIADA para usuário comum.
- 4.3.10.3. No caso de cancelamento com ônus, a CREDENCIADA deverá comprovar por Nota Fiscal, Contrato ou outro meio que demonstre o valor por ela praticado no mercado e as regras utilizadas na definição do montante. A CREDENCIADA não poderá indicar valor superior àquele praticado por ela com outras eventuais contratantes públicas ou privadas, nem regras mais desvantajosas à CREDENCIANTE.
- 4.3.10.4. Os custos de cancelamento com ônus serão remunerados de acordo com as regras de negócio da CREDENCIADA já praticada no mercado.
- 4.3.10.5. As regras do cancelamento com ônus deverão indicar valores fixos de cobrança, não sendo aceitos percentuais sobre a tarifa ou outros fatores dinâmicos.
- 4.3.10.6. Em caso de alteração das regras de cancelamento que gerem ônus à CREDENCIANTE, estas terão validade apenas após a notificação formal pela CREDENCIADA e declaração de ciência pela CREDENCIANTE, mantido o limite estabelecido no subitem 4.3.10.4.



4.3.10.5. Confirmação da realização do deslocamento pelo usuário que, por qualquer motivo, não a finalizou com o uso do seu telefone smartphone e ou, alternativamente, do motorista, exigindo-se: valor da tarifa e informações para avaliação do veículo e do motorista.

4.3.10.6. O usuário deve confirmar a execução do deslocamento, inclusive o valor apurado, mediante o uso de sua senha pessoal, por meio de funcionalidade específica do aplicativo mobile, acessada em seu próprio telefone smartphone ou no do motorista ou, excepcionalmente e em momento posterior, em funcionalidade da aplicação web

4.3.11. Contestação de corridas

4.3.11.1. O sistema deverá dispor de funcionalidade de contestação

4.3.11.2. Serão contestadas as corridas que contenham erros nos seguintes registros:

- a) Imagem geoprocessada do percurso do atendimento;
- b) Data e hora da solicitação pelo usuário;
- c) Data e hora do aceite, do início e do encerramento do deslocamento;
- d) Data e hora do cancelamento da solicitação pelo usuário;
- e) Coordenadas do início e do encerramento do deslocamento;
- f) Erro flagrante entre a tarifa cotada e a real executada; ou
- g) Qualquer outro erro que comprometa a fiscalização do serviço.

4.3.11.3. Para a hipótese de haver contestação do valor da tarifa, prevalecerá o correspondente ao da cotação da CREDENCIADA no momento da solicitação pelo usuário.

4.3.11.4. Nos demais casos em que sejam verificadas falhas impeditivas de cobrança da corrida, esta deverá receber o status de cancelada no sistema e retirada do faturamento.

4.3.12. Para fins de faturamento e pagamento, a cobrança pela execução do serviço deve estar de acordo com os valores estabelecidos, consideradas eventuais atualizações determinadas pelas autoridades competentes, e nos demais dispositivos legais e normas dos municípios do entorno que regulam o assunto, eventuais multas e a taxa de desconto ofertada pela CREDENCIADA em Termo de Adesão da Plataforma.

4.4 Do preço

4.4.1 Os preços a serem pagos pela CRQ-IV/SP serão aqueles de mercado, de acordo com o valor informado pelo aplicativo no momento do acionamento do pedido.



4.5 Dos Pagamentos

- 4.5.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante boleto bancário. Após a apresentação da respectiva Nota Fiscal ou fatura ou nota de débito de utilização da plataforma e das corridas realizadas a(s).
- 4.5.2. A fatura de cobrança das corridas deverá ser acompanhada de relatórios analíticos para conferência.
- 4.5.3. Os relatórios devem discriminar os seguintes dados das corridas: centro de custo, nome do usuário, data e horário de início e fim das corridas, notas de avaliação do serviço e/ou do motorista, valor da corrida, eventuais descontos concedidos, glosa, multa, impostos e contribuições.

4.6 Da sistemática para execução dos serviços

- 4.6.1. O CRQ-IV/SP não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos respectivos veículos e de seus condutores e não terá responsabilidade sobre o pagamento de quaisquer multas oriundas de infrações de trânsito, qualquer dano causado ao veículo a serviço, bem como prejuízos causados a terceiros ocorridos durante a prestação dos serviços.
- 4.6.2. O CRQ-IV/SP deve manter permanente avaliação/coordenação dos trabalhos executados, inclusive por meio de fiscalização periódica e sistemática.

4.7 Das obrigações da Credenciada

- 4.7.1. Executar os serviços conforme especificações deste documento e Termo de Adesão de uso da Plataforma/Condições de uso dos serviços, com a alocação das credenciadas e demais recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 4.7.2. Relatar ao CRQ-IV/SP toda e qualquer irregularidade, ocorrida no decorrer da execução dos serviços, que chegue ao conhecimento da CREDENCIADA por meio de reclamações dos usuários ou motoristas.
- 4.7.3. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.7.4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento.



- 4.7.5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 4.7.6. Atender as solicitações de informações do CRQ-IV/SP com tempestividade.
- 4.7.7. Possibilitar o CRQ-IV/SP o acesso irrestrito ao módulo de relatórios da solução tecnológica por 5 (cinco) anos após o término do contrato, para consulta e geração de informações.
- 4.7.8. Além dos encargos decorrentes das cláusulas do contrato a ser celebrado, do Edital de Credenciamento e de outras condições estabelecidas neste documento, a Contratada assumirá ainda as seguintes obrigações:
 - 4.7.8.1. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste documento, sem a prévia autorização do CRQ-IV/SP;
 - 4.7.8.2. Recolher todos os tributos sobre sua atividade empresarial, que incidem ou venham incidir na prestação dos serviços, apresentando, sempre que solicitado pelo CRQ-IV/SP, os respectivos comprovantes.
- 4.7.9. A CREDENCIADA deve alertar os motoristas parceiros a utilizar, na prestação dos serviços, veículos emplacados, devidamente licenciados e em boas condições mecânicas e de conservação, mantendo os veículos limpos para a execução do serviço.
- 4.7.10. O combustível, seguros, manutenção preventiva, corretiva, encargos, tarifas, impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, mão-de-obra, peças e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas que ocorram em função da execução dos serviços ocorrerão por conta do motorista, cabendo a CREDENCIADA alertá-lo da importância em manter sempre em dia.
- 4.7.11. Manter, na política de credenciamento de veículos, a necessidade de realizar seguro com cobertura de acidentes de terceiros/passageiros.
- 4.7.12. Arcar com despesas relacionadas com prêmios de seguros efetuados para proteção de seu pessoal e de bens, vinculados ao CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, e de responsabilidade perante terceiros, em observância à legislação em vigor.

4.8 Das obrigações do CRQ-IV/SP

- 4.8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as disposições deste documento e do Termo de Adesão de Uso da Plataforma/Condições de uso dos serviços.
- 4.8.2. Notificar a CREDENCIADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.



- 4.8.3. Pagar à CREDENCIADA o valor resultante da execução dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste documento e no Termo de Adesão de Uso da Plataforma/Condição de uso dos serviços.
- 4.8.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura ou nota de débito emitida pela CREDENCIADA, em conformidade com a legislação vigente.
- 4.8.5. Fornecer e colocar à disposição da CREDENCIADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- 4.8.6. Proporcionar as facilidades necessárias para que a CREDENCIADA possa prestar os serviços dentro das normas estabelecidas.
- 4.8.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA em razão da execução dos serviços.
- 4.8.8. Controlar e fiscalizar a execução dos serviços prestados pela CREDENCIADA, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por intermédio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.
- 4.8.9. Avaliar a qualidade dos serviços prestados pela CREDENCIADA podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com o constante neste documento ou no Termo de Adesão de uso da Plataforma/Condições de Uso dos Serviços.
- 4.8.10. Colocar à disposição da CREDENCIADA toda legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de facilitar e orientar a execução dos serviços contratados.
- 4.8.11. Exercer a fiscalização dos serviços contratados por empregados especialmente designados.

4.9 Da capacidade técnica da credenciada

- 4.9.1. A Licitante deverá apresentar, no mínimo 1 (um), atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneceu ou está fornecendo serviços da mesma natureza ou similares ao da presente contratação.
- 4.9.2. A Licitante deverá disponibilizar, no caso de diligência, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados e/ou declarações, apresentando, dentre outros documentos no caso de solicitada cópia de nota(s) fiscal(is), cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.



- 4.9.3 A qualificação será comprovada em duas etapas. A primeira será a apresentação dos documentos de habilitação e a segunda etapa será a Prova de Conceito – PoC.

4.10 Da prova de Conceito (Poc)

- 4.10.1. As Licitantes aprovadas na primeira etapa da qualificação técnica serão convocadas pelo CRQ-IV/SP para realização da PoC, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, em data e horário a serem definidos pelo o CRQ-IV/SP, visando aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades técnicas da solução tecnológica.
- 4.10.2. A PoC será à distância, de forma remota, de modo que os representantes do CRQ-IV/SP, visualizem a apresentação da plataforma e a confirmação técnica dos requisitos requeridos por ferramenta de comunicação via web.
- 4.10.2.1. Para realização de PoC, a Licitante deverá realizar teste com representante do CRQ-IV/SP para confirmar a utilização da ferramenta de comunicação via web, para visualização da plataforma e comunicação entre os participantes.
- 4.10.2.2. Os testes deverão ocorrer 1 (um) dia útil antes da data agendada para a PoC, a fim de confirmar que os representantes do CRQ-IV/SP conseguirão visualizar a usabilidade da plataforma.
- 4.10.2.3. Caso a comunicação e visualização da plataforma à distância não seja possível em decorrência de dificuldades com o canal de comunicação, a Licitante será desabilitada.
- 4.10.3. A PoC será realizada pela Comissão de Contratação para aferição do atendimento dos itens descritos no Apêndice A – Prova de Conceito, podendo ser acompanhada por até 2 (dois) representantes das demais Empresas, mediante comunicação formal com antecedência de até 1 (um) dia útil do seu início.
- 4.10.4. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da PoC são de responsabilidade das Licitantes.
- 4.10.5. A Comissão de Contratação elaborará relatório com o resultado da PoC, informando se a solução tecnológica está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.
- 4.10.6. Durante o prazo de preparação para a PoC, a Licitante poderá agendar calls com o CRQ-IV/SP para dirimir possíveis dúvidas.
- 4.10.7. Na PoC as Licitantes deverão apresentar a arquitetura de funcionamento da Solução e responderá a perguntas técnicas formuladas pelo CRQ-IV/SP, abrangendo: funcionalidades, parametrizações da ferramenta, entre outras.



- 4.10.8. A PoC está apresentada no Apêndice A - Prova de Conceito.
- 4.10.9. A ausência de representante da Licitante na reunião da PoC, para passagem de informações, será motivo de desclassificação da empresa.
- 4.10.10. As perguntas formuladas pelo CRQ-IV/SP e não respondidas pela Licitante, durante a PoC, deverão ser respondidas por escrito em até 2 (dois) dias úteis da reunião, sob pena de desclassificação da empresa.
- 4.10.11. A avaliação de conformidade do sistema será feita tendo a PoC por base.
- 4.10.12. A cada item a ser testado constante na planilha de avaliação será atribuído o valor unitário. O Resultado final do teste será o percentual de requisitos atendidos pela Licitante, ou seja, $\text{Resultado} = (\text{Requisitos atendidos} / \text{Requisitos Totais})$.
- 4.10.13. No caso de atendimento inferior a 95% e maior ou igual a 75% dos requisitos totais, a Licitante terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para ajuste das inconformidades, contados da divulgação do resultado da fase de testes.
- 4.10.14. Decorrido este prazo, será realizada outra sessão de testes para nova avaliação.
- 4.10.15. Em caso de persistência de um resultado inferior a 95% dos requisitos totais, a empresa será considerada Não Apta na qualificação técnica.

5 – Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

Inciso V, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 5.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base no caráter complementar da solução proposta, considerando a utilização do serviço de transporte sob demanda como apoio à frota de veículos locados já existente no CRQ-IV/SP.
- 5.2 Nesse contexto, a demanda prevista não se caracteriza por uso contínuo ou massivo, mas sim por acionamentos pontuais, especialmente em situações de indisponibilidade de veículos oficiais, deslocamentos de curta distância, participação em eventos institucionais, reuniões administrativas, treinamentos e compromissos fora da sede.
- 5.3 A utilização do serviço também abrangerá deslocamentos realizados por dirigentes, conselheiros e colaboradores em âmbito nacional, especialmente para participação em reuniões no Conselho Federal de Química (CFQ), em Brasília/DF, bem como em outras localidades, o que reforça a necessidade de flexibilidade na estimativa de uso.
- 5.4 Considerando a natureza sob demanda da contratação, não se mostra tecnicamente adequado estabelecer quantitativos rígidos de corridas ou quilômetros a serem percorridos. Assim, a estimativa é definida em termos de demanda variável, com base em histórico de necessidades institucionais, projeções de uso e disponibilidade orçamentária.



5.5 Dessa forma, estima-se que a utilização dos serviços ocorrerá de forma variável ao longo do período contratual, com maior incidência em períodos de intensificação das atividades institucionais, sem prejuízo de eventual redução em momentos de menor demanda.

5.6 Ressalta-se que o modelo adotado permite a adequação dinâmica da utilização, evitando ociosidade e promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, uma vez que o pagamento estará vinculado exclusivamente aos serviços efetivamente utilizados.

6 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação

Inciso VI, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

6.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada considerando as características específicas da solução pretendida, especialmente sua natureza sob demanda, que inviabiliza a definição prévia de quantitativos rígidos, tais como número de corridas ou quilômetros a serem percorridos.

6.2 Diferentemente de contratações tradicionais, em que é possível estabelecer parâmetros objetivos de consumo, a presente contratação está inserida em contexto de demanda variável e imprevisível, condicionada a fatores operacionais, institucionais e circunstanciais, como a ocorrência de reuniões externas, eventos técnicos, deslocamentos emergenciais e indisponibilidade da frota oficial.

6.3 Nesse cenário, a definição de quantitativos fixos poderia resultar em distorções no planejamento, seja pelo superdimensionamento, com consequente risco de ociosidade e desperdício de recursos públicos, seja pelo subdimensionamento, comprometendo a adequada execução das atividades institucionais.

6.4 Dessa forma, a estimativa foi definida com base no histórico de utilização do serviço nos últimos anos, considerando a frequência de uso e o perfil das demandas institucionais, o que confere maior aderência à realidade operacional do órgão.

6.5 Com base nesses elementos, estabeleceu-se o valor estimado de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o período de 12 (doze) meses, considerado suficiente para atender às necessidades institucionais de forma eficiente, sem prejuízo da possibilidade de variações decorrentes da efetiva utilização do serviço.

7 – Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável

Inciso VII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

7.1 Não se aplica o parcelamento do objeto, tendo em vista que a contratação será realizada por meio de credenciamento, permitindo a habilitação de múltiplos prestadores para execução do mesmo serviço, sem exclusividade.

7.2 Esse modelo assegura ampla competitividade, flexibilidade operacional e redução de riscos associados à dependência de fornecedor único, garantindo maior continuidade na prestação dos serviços.

7.3 Assim, a divisão em lotes ou itens mostra-se desnecessária e tecnicamente inadequada, não



trazendo ganhos adicionais à Administração.

8 – Contratações correlatas e/ou interdependentes

Inciso VIII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 8.1 A presente contratação possui relação com a atual estrutura de transporte institucional do CRQ-IV/SP, especialmente no que se refere aos contratos de locação de veículos utilizados para atendimento das demandas administrativas e finalísticas do Conselho.
- 8.2 Nesse sentido, a solução ora proposta apresenta caráter complementar, sendo destinada a suprir lacunas operacionais identificadas na utilização da frota locada, especialmente em situações de indisponibilidade de veículos, demandas simultâneas, deslocamentos de curta distância ou necessidades específicas que exijam maior agilidade e flexibilidade.
- 8.3 Não se identificam contratações interdependentes cuja execução esteja condicionada diretamente à implementação da presente solução. Contudo, a integração operacional com os instrumentos já existentes de gestão de transporte institucional é recomendável, de modo a garantir maior eficiência no uso dos recursos disponíveis.
- 8.4 Ressalta-se que a adoção da solução não implica substituição imediata de contratos vigentes, mas sim sua utilização de forma integrada e estratégica, visando à otimização global da logística de deslocamentos institucionais.
- 8.5 Dessa forma, conclui-se que a presente contratação é correlata a serviços já existentes, porém não apresenta dependência direta que impeça sua implementação autônoma, sendo plenamente viável sob o ponto de vista técnico e operacional.

9– Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumento de planejamento do órgão ou entidade

Inciso IX, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

A presente contratação encontra-se alinhada aos objetivos estratégicos do Conselho Regional de Química – IV Região - CRQ-IV/SP, especialmente no que se refere ao aprimoramento da eficiência administrativa, à otimização da gestão de recursos públicos e ao fortalecimento das atividades finalísticas da instituição.

- Elemento de Despesa:33.90.39.048-Serviços de Transporte - Táxi e Aplicativos;
- Planejamento Estratégico: Gestão 2018–2028;
- Previsto no Plano Anual de Contratações – 2026;
- PCA – Item nº 2;
- Objeto Estratégico (OE): apoio à eficiência administrativa e institucional.

10 – Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

Inciso X, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 10.1 A contratação da solução de transporte de passageiros sob demanda visa alcançar resultados



que promovam maior eficiência, economicidade e qualidade na execução das atividades institucionais do CRQ-IV/SP.

- 10.2 No que se refere à economicidade, espera-se a redução de custos operacionais associados à gestão de deslocamentos institucionais, mediante a adoção de modelo sob demanda, que elimina despesas fixas e assegura o pagamento exclusivamente pelos serviços efetivamente utilizados, contribuindo para a otimização da aplicação dos recursos públicos.
- 10.3 Sob a perspectiva da eficiência, pretende-se ampliar a capacidade de atendimento das demandas de transporte, garantindo maior agilidade na realização de deslocamentos, redução de tempos de espera e melhor alocação dos recursos disponíveis, especialmente em situações não plenamente atendidas pela frota existente.
- 10.4 Em relação à eficácia, a solução permitirá o atendimento adequado das necessidades institucionais do CRQ-IV/SP, assegurando que dirigentes, conselheiros e colaboradores disponham de meios de transporte compatíveis com a execução de suas atividades, viabilizando o cumprimento das atribuições legais e o alcance dos objetivos institucionais.
- 10.5 No que tange à sustentabilidade, espera-se a adoção de práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais, tais como o incentivo à utilização de veículos com menor emissão de poluentes, a otimização de rotas e o uso de tecnologias que promovam maior eficiência energética, alinhando a contratação a princípios de responsabilidade socioambiental.
- 10.6 Por fim, a solução busca maior transparência e controle sobre os gastos com transporte, mediante o uso de plataformas digitais que possibilitam o registro detalhado das corridas, a geração de relatórios gerenciais e o acompanhamento em tempo real das operações, favorecendo a fiscalização e a tomada de decisões.
- **OE 5** – Garantir uma fiscalização eficaz e efetiva
 - **OE 11** - Adotar as melhores práticas de Governança e Gestão

11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

Inciso XI, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 11.1 Para a adequada implementação da solução proposta, a Administração deverá adotar um conjunto de providências prévias e concomitantes à contratação, com vistas a assegurar a correta execução dos serviços e o alcance dos resultados pretendidos.
- 11.2 Inicialmente, será necessária a elaboração dos instrumentos convocatórios e contratuais pertinentes ao credenciamento, contendo a definição clara dos requisitos técnicos, operacionais e de habilitação dos prestadores interessados, bem como das regras de execução, fiscalização e pagamento dos serviços.
- 11.3 Deverá ser promovido o credenciamento das empresas que atenderem às condições estabelecidas, garantindo ampla divulgação do procedimento, de modo a possibilitar a participação do maior número possível de interessados e fomentar a competitividade.
- 11.4 A Administração também deverá realizar o cadastramento dos usuários autorizados a utilizar



o serviço, definindo perfis de acesso, níveis de autorização e regras de utilização, de forma a assegurar o uso adequado e alinhado às finalidades institucionais.

- 11.5 Será necessária, ainda, a capacitação dos usuários e dos gestores do contrato quanto à utilização das plataformas digitais disponibilizadas pelos credenciados, bem como quanto às normas internas de uso, controle e fiscalização dos serviços.
- 11.6 No âmbito da gestão contratual, deverão ser designados fiscais e gestores responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços, análise dos relatórios gerenciais, ateste das despesas e verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte dos credenciados.
- 11.7 Adicionalmente, a Administração deverá estabelecer procedimentos internos de controle e auditoria das corridas realizadas, incluindo a verificação da finalidade dos deslocamentos, a conformidade dos valores cobrados e a aderência às regras de utilização estabelecidas.
- 11.8 Por fim, recomenda-se a adoção de mecanismos de avaliação periódica da qualidade dos serviços prestados, permitindo a identificação de eventuais falhas, a aplicação de medidas corretivas e o aprimoramento contínuo da solução adotada.

12 – Descrição dos possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

Inciso XII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 12.1 A contratação de serviços de transporte de passageiros sob demanda pode gerar impactos ambientais, especialmente no que se refere à emissão de gases poluentes decorrentes da utilização de veículos automotores movidos a combustíveis fósseis.
- 12.2 Entretanto, a solução proposta apresenta potencial para mitigação desses impactos quando comparada a modelos tradicionais de transporte institucional, na medida em que possibilita a otimização do uso dos veículos, a redução de deslocamentos desnecessários e a utilização compartilhada da infraestrutura de mobilidade já existente.
- 12.3 Adicionalmente, a utilização de plataformas digitais permite maior eficiência na definição de rotas, reduzindo o tempo de deslocamento e, consequentemente, o consumo de combustível e a emissão de gases de efeito estufa.
- 12.4 A contratação também poderá incentivar práticas mais sustentáveis por parte dos prestadores de serviço, como a adoção de veículos com menor emissão de poluentes, incluindo veículos elétricos, híbridos ou movidos a combustíveis menos poluentes, bem como a manutenção adequada da frota, contribuindo para melhor desempenho ambiental.
- 12.5 No âmbito da Administração, recomenda-se a adoção de diretrizes que estimulem o uso racional do serviço, evitando deslocamentos desnecessários e promovendo a conscientização dos usuários quanto à importância da sustentabilidade nas atividades institucionais.



12.6 Dessa forma, conclui-se que, embora existam impactos ambientais inerentes à natureza do serviço, a solução proposta apresenta mecanismos que contribuem para sua mitigação, estando alinhada a práticas de responsabilidade socioambiental e ao desenvolvimento sustentável.

13- Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

Inciso XIII do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

13.1 Com base nas análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte de passageiros sob demanda, por meio de credenciamento, mostra-se adequada, viável e alinhada ao interesse público.

13.2 A solução proposta atende de forma eficiente às necessidades institucionais do CRQ-IV/SP, especialmente no que se refere à complementação da estrutura de transporte existente, proporcionando maior flexibilidade, agilidade e continuidade na realização de deslocamentos institucionais.

13.3 Do ponto de vista técnico, a utilização de plataformas digitais amplamente consolidadas no mercado assegura a disponibilidade de recursos tecnológicos adequados, com funcionalidades que garantem segurança, rastreabilidade, transparência e controle das operações.

13.4 Sob o aspecto econômico, o modelo de contratação sob demanda contribui para a otimização dos recursos públicos, evitando custos fixos desnecessários e promovendo maior eficiência na gestão das despesas, com pagamento vinculado exclusivamente à efetiva utilização dos serviços.

13.5 Adicionalmente, a adoção do credenciamento de múltiplos prestadores amplia a competitividade, reduz riscos de descontinuidade e assegura maior disponibilidade do serviço em âmbito nacional.

13.6 Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade e adequação da contratação, recomendando-se o prosseguimento das etapas subsequentes do processo de contratação.

14 - Classificação quanto ao acesso à informação

artigo 13º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

14.1 Em conformidade com o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), o presente Estudo Técnico Preliminar não se enquadra nas hipóteses legais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO
RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP
WWW.CRQSP.ORG.BR

de sigilo, sendo classificado como documento de caráter ostensivo, passível de divulgação nos termos da legislação vigente.

São Paulo, 31 de março de 2026.

Equipe Técnica de Planejamento

Andrea B. Mariano
Integrante Requisitante

Andreia Caldeira
Integrante Técnico

Waldemir Menezes da Silva
Integrante Administrativo